

# HISTÓRIA DO CRISTIANISMO

para compreender melhor nosso tempo

sob a direção de  
ALAIN CORBIN

com  
NICOLE LEMAITRE  
FRANÇOISE THELAMON  
CATHERINE VINCENT

Tradução  
EDUARDO BRANDÃO



**wmf martinsfontes**

SÃO PAULO 2009

Segunda parte

**A Idade Média  
Nem lenda negra  
nem lenda áurea...  
(séculos V-XV)**

A primeira metade desse período de dez séculos corresponde a um tempo de consolidação dos âmbitos locais e centrais. A obra missionária prossegue, ampliando os espaços cristianizados. As vicissitudes da história deixaram face a face as metrópoles de Constantinopla e de Roma, que encarnaram duas formas de cristianismo que não eram denominados “ortodoxo” e “católico”, mas “grego” e “latino”. No Ocidente, para aprofundar a cristianização da sociedade e dissociar o espiritual do temporal, o papado se erigiu em potência religiosa soberana. Mas esse movimento fez surgir uma teocracia: dois direitos coexistiram, o direito civil e o direito da Igreja (direito canônico), ambos com grande influência do direito romano; o império, como os reinos, foram governados por príncipes e não pelo papa; nenhum soberano pôde se prevalecer de prerrogativas sacerdotais.

Longe da imagem de uma Idade Média petrificada numa submissão cega à autoridade da Igreja, observa-se que a penetração da mensagem cristã suscitou, depois do ano mil, fortes correntes de afirmação (cruzada) e de contestação (“heresia”). As segundas decorrem antes de tudo de um anticlericalismo virulento, prova de que os espíritos podiam discernir as contradições entre o conteúdo da mensagem transmitida e o exemplo dado; elas deixam reaparecer também as dificuldades de receber uma religião da Encarnação. Para além do uso da coerção, que tem um só tempo,

a resposta mais pertinente se esforçou em satisfazer as aspirações assim manifestadas. A multiplicação dos carismas religiosos contribuiu para tanto, ilustrada pela criação de novas ordens, tanto contemplativas como hospitalárias ou “mendicantes”, atentas aos pobres e experientes na pregação. Os regulares vieram, assim, apoiar com seu prestígio e sua ação a obra pastoral confiada aos seculares, que o período sistematizou no âmbito da paróquia, forjando para designá-la o termo de “cura de almas” (cuidado das almas), apenso a quem assume essa responsabilidade, o “cura”.

No prolongamento de uma pastoral da responsabilidade individual em matéria de salvação, que valoriza a conversão até o extremo fim da vida, nos antípodas de toda forma de predestinação – um conceito estranho à espiritualidade medieval, pelo menos até o fim do século XIV –, o período viu nascer, por iniciativa dos clérigos mas também dos leigos, homens ou mulheres, modalidades originais de vida religiosa. Todas elas são assinaladas, ao mesmo tempo, pela convicção de que a salvação não se ganha sozinha e por uma individualização crescente: essa exploração dos caminhos da interioridade fez brotar belas páginas espirituais e místicas.

CATHERINE VINCENT

## *Consolidação e expansão*

São Bento († c. 547)  
Pai dos monges do Ocidente

Forma de renúncia por Deus praticada no modo da solidão absoluta (eremitismo) ou em comunidade (cenobitismo), o monaquismo (do grego *monakhós*, “solitário”) aparece no século IV no Egito, na Ásia Menor e, em seguida, no Ocidente. A integração dos “renunciantes” na estrutura da Igreja latina é, a partir do século VI, um fator essencial de evolução da sociedade cristã. Como estar ao mesmo tempo só e junto? Como santificar a comunidade no isolamento e no retiro do mundo? São essas as questões-chave da história do monaquismo no Ocidente entre 500 e 1200.

### *São Bento e a regra beneditina*

São Bento, considerado o “pai dos monges do Ocidente”, é uma figura bastante obscura, de que o papa Gregório I, o Grande (c. 540-604), se faz arauto no segundo livro dos seus *Diálogos*. Nascido por volta de 490, em Núrsia, nos Apeninos da Úmbria, Bento pertence a uma família abastada. Enviado a Roma para receber uma educação à antiga, o jovem Bento logo decide dedicar-se à “douta ignorância” na solidão de uma gruta perto de Subiaco. Funda uma dúzia de pequenos mosteiros que acolhem os filhos da aristocracia romana, como seus discípulos Mauro e Plácido. Por volta de 530, Bento e seus companheiros vão para o monte Cassino. É aí que Bento morre por volta de 560 e que re-

pousa em companhia da irmã Escolástica. Vinte anos mais tarde o mosteiro é destruído pelos lombardos. Uma lenda criada por discípulos distantes de Bento, instalados em Fleury, à margem do Loire, pretende que as relíquias do santo foram clandestinamente recolhidas no monte Cassino em 670 e transportadas para a Gália; desde então, Fleury tornou-se “Saint-Benoît-sur-Loire”.

Para as necessidades da comunidade de monte Cassino, Bento compõe uma regra que depende em grande parte de usos anteriores, consignados na “regra do Mestre”. Para ele como para seu modelo, trata-se de estabelecer da melhor maneira possível o modo de vida dos “irmãos” que, à imitação dos apóstolos, optam por romper com os vínculos mundanos (o parentesco carnal, o casamento, a rede de amigos e relações) para unir-se a uma parentela espiritual antecipadora da comunidade dos santos no além. Num mundo que se retrai economicamente, com a dissolução do império romano, a regra de são Bento prescreve o trabalho manual, que permite que o mosteiro viva em autarquia dos frutos da terra; outra tarefa manual, a cópia de manuscritos, proporciona à comunidade todo acesso necessário às “Letras”, em especial à Sagrada Escritura e a seus comentários. O mosteiro beneditino é, assim, ao mesmo tempo, uma unidade de vida econômica (muitas vezes, até um ator dinâmico e de vanguarda na vida dos campos) e um órgão cultural de importância essencial para a sobrevivência e a renovação intelectuais do Ocidente durante a alta Idade Média. O segundo objeto da regra é proporcionar aos irmãos uma imagem viva dos graus da escala de perfeição que se estende até o Céu. Ela prescreve a cada um humildade e obediência. Impõe a todos uma estrita organização do tempo repartido entre o trabalho (cerca de seis horas); a prece, solitária ou coletiva no âmbito do ofício divino – recitação dos salmos e leituras (Vidas de santos, textos dos Padres) em horas fixas, das vigílias às completas\* –; a prática da *lectio divina* (leitura e meditação da Bíblia).

\* As horas da prece são as seguintes, começando pela prece da noite: vigílias ou matinas, laudes, prima, terça, sexta, nona, vésperas e completas.

De início, a regra de são Bento nada mais é que um texto entre outros numa profusão de regras que, no seio das “microcristandades” do Ocidente (Peter Brown), ensinam diversos modos de renúncia. Levando-se em conta esse início modesto, como explicar o prodigioso sucesso do modelo beneditino? Deve-se ver nele, no essencial, um efeito indireto da lenta política de unificação da Igreja latina. O papa Gregório I, o Grande, ele próprio ex-monge e devoto de Bento, envia uma pequena equipe de discípulos para evangelizar a Inglaterra. É por intermédio desses missionários que a regra de são Bento é adotada nos mosteiros anglo-saxões; no início do século VIII, outros missionários, insulares dessa vez, retornam ao continente para evangelizar a Alemanha e implantar aí o monaquismo beneditino. Os discípulos de são Bento ocupam, a partir de então, uma posição de primeiro plano na frente pioneira de uma Igreja latina conquistadora. E isso tanto mais que os soberanos carolíngios decidem, no âmbito do seu grande projeto de Império cristão, impor o tipo beneditino como modo de vida universal dos monges. Bento de Aniano († 821), conselheiro do imperador Luís, o Piedoso, em matéria religiosa, promove um verdadeiro *aggiornamento* em matéria monástica, ao cabo do qual os irmãos reunidos em comunidade optam por “uma só regra e um só costume”: a regra de são Bento, mais ou menos adaptada em função das necessidades do tempo com base em “costumes”, isto é, disposições (modos de vida, usos litúrgicos) não previstas por são Bento.

### *O sacerdócio dos monges*

A multiplicação dos costumes, a partir do século IX, é um bom indício da importância que os monges adquirem progressivamente no interior da comunidade cristã. Essa evolução um tanto paradoxal vem transformar os que renunciaram ao mundo em engrenagens essenciais da vida em sociedade. Com efeito, o monaquismo se torna, desde os anos 800, uma “ordem” perfeita-

mente integrada ao serviço da Igreja e do poder político. Na repartição ideal das tarefas definida pelo esquema carolíngio das três ordens funcionais (os que oram, os que combatem e os que trabalham), os monges se integram na ordem da prece. No isolamento do claustro, sua função é obrar pela salvação dos cristãos, vivos ou mortos. Entre essas “obras”, estão, é claro, a prece mas também o serviço do altar, especialmente importante para acompanhar os defuntos nem muito bons nem muito ruins, que necessitam do sufrágio dos vivos para se agregar à comunidade dos santos. Em relação ao modelo beneditino original, é sem dúvida esse o ponto de evolução mais importante. Na época de Bento, os irmãos, salvo raríssimas exceções, são leigos; no século IX, e mais ainda nos tempos que se seguem, as comunidades contam cada vez mais monges padres, que celebram missas “especiais” ou “privadas” a serviço dos defuntos, ex-membros da sua fraternidade, familiares ou amigos da comunidade. Esses familiares e esses amigos, cujos nomes muitas vezes são inscritos nos livros de memória do mosteiro (necrológio e cartulário), dão uma boa ideia dos laços que a sociedade dos monges mantém com o exterior, especialmente com as grandes famílias aristocráticas. Depois de terem sido instrumentos do poder público sob os carolíngios, os mosteiros e o controle de seus patrimônios tornam-se objeto de lutas de poder na época feudal. Em vez de se chocar com o espetáculo de uma “Igreja na mão dos leigos”\*, deve-se compreender que as elites da alta Idade Média constituem uma aristocracia ao mesmo tempo leiga e eclesiástica para a qual o domínio sobre os homens e sobre a terra passa pelo controle e posse dos mosteiros. O melhor exemplo desse tipo de integração na “ordem senhorial” é proporcionado, sem dúvida nenhuma, pelos monges de Cluny.

\* Fórmula do historiador Augustin Fliche, amplamente empregada para qualificar a situação anterior à reforma gregoriana e combatida por esta última.

### **Os senhores de Cluny (910-1150)**

O mosteiro de Cluny, na região de Mâcon, foi fundado em 910 (ou 909) por Guilherme III, duque de Aquitânia e conde de Mâcon, dito o Piedoso. Esse grande príncipe renuncia a todo direito sobre o estabelecimento e põe o mosteiro sob a proteção direta de Roma, de modo a garantir a independência de Cluny ante todo poder temporal e espiritual. Na lógica do ato de fundação, os papas Gregório V (998) e João XIX (1024) concedem posteriormente a isenção aos cluniacenses. Trata-se de um privilégio que, segundo modalidades diversas, libera os monges de todo vínculo com seu bispo de tutela, no caso o de Mâcon. É então que nasce verdadeiramente a Igreja cluniacense, uma rede de densas malhas de abadias, priorados e subpriorados, diretamente vinculada à abadia-mãe (Cluny) e a seu abade, que só responde ao papa, vigário de Pedro e de Cristo. No mesmo momento, a Igreja cluniacense se envolve profundamente na vida geral da Igreja latina, fornecendo a Roma numerosos quadros: padres, bispos, arcebispos, cardeais e até um papa, Urbano II. Num jogo de espelhos notável, Cluny se confunde com Roma, considerando-se uma redução de toda Igreja. Todas as formas de vida consagrada são praticadas pelos cluniacenses: monaquismo, eremitismo e reclusão, tanto no caso dos homens como no das mulheres. De resto, o mosteiro borgonhês e suas dependências funcionam como um imenso asilo aberto a todos os leigos, pobres e ricos, desejosos de se retirar temporária ou definitivamente do mundo, sem contar os fiéis que pedem para ser acolhidos na comunidade na hora da morte.

Essa imensa rede eclesiástica centrada no “mosteiro principal” (Cluny) está profundamente implicada na sociedade feudal e na ordem senhorial. A virada do ano mil representa, na França ocidental (parte oeste do antigo Império carolíngio, origem da França), uma fase de desagregação do poder real que possibilita o desenvolvimento, sobretudo no sul do reino, de senhorias independentes, laicas e eclesiásticas, entre as quais figura o mosteiro de Cluny. Os dois tipos de senhoria são concorrentes e, ao mes-

mo tempo, ligados em seu destino. De fato, as grandes famílias aristocráticas dotam Cluny de bens e inserem alguns de seus membros na comunidade. A simbiose clero-aristocracia é constitutiva das estruturas de dominação social e política na era feudal. Todas as abadias de Cluny, do século X ao século XII, são aliás oriundas da pequena, média ou alta aristocracia. Para influenciar o comportamento, às vezes violento, dos seus vizinhos castelães, os monges grãos senhores de Cluny põem em cena, em seus escritos, aristocratas leigos modelares. O essencial desse modelo é elaborado bem cedo por Odon (879-942), segundo abade do mosteiro, que é o primeiro a esboçar o retrato do homem de armas cristão na biografia do conde Géraud de Aurillac, prefiguração do “cavaleiro cristão”, essa síntese do monge e do soldado, tal como são Bernardo a descreverá dois séculos mais tarde.

DOMINIQUE IOGNA-PRAT